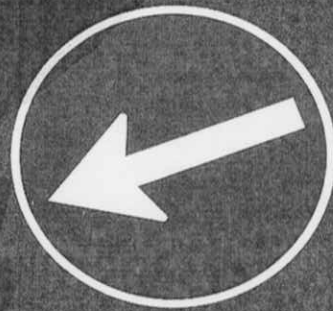


José Dantas Lima Pereira
Marcelino de Sousa Lopes
Marta Alexandra Maciel
(coordenadores)

O ANIMADOR SOCIOCULTURAL NO SÉCULO XXI

perfil
funções
âmbitos
metodologias
modelos de formação
projetos de intervenção



O ANIMADOR SOCIOCULTURAL NO SÉCULO XXI
Perfil, funções, âmbitos metodologias,
modelos de formação, projetos de intervenção

José Dantas Lima Pereira
Marcelino de Sousa Lopes
Marta Alexandra Maciel
(coordenadores)



BARCELOS
MUNICÍPIO



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETARIE DE ESTADO
DA CULTURA

CULTURA
NORTE



INTERVENÇÃO

INTERVENÇÃO

José Dantas Lima Pereira
Marcelino de Sousa Lopes
Marta Alexandra Maciel
(coordenadores)

**O ANIMADOR SOCIOCULTURAL
NO SÉCULO XXI**
Perfil, Funções, Âmbitos,
Metodologias, Modelos de Formação
e Projetos de Intervenção

Edição

Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural

Ficha Técnica

Título

O Animador Sociocultural no Século XXI - perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projetos de intervenção

Autores

José Dantas Lima Pereira/ Marcelino de Sousa Lopes/ Marta Alexandra Maciel (Coordenadores)

Capa

Fernando DC Ribeiro

Tradução de Textos

Agostinho Diniz Gomes/ António Sousa e Silva/ Lúcia Cunha/ Rosário Santana/ Rui Fonte/

Susana Figueiredo

Revisão e Supervisão de Textos

Fernanda Maria Barros da Cunha

Apoio Gráfico

Fernando DC Ribeiro/ Manuel Carneiro

Composição e Impressão

Gráfica do Norte - Amaranite

Local e data de Edição

Chaves, novembro de 2015

Editor

INTERVENÇÃO - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural/ Chaves

ISBN

978-989-97571-8-9

Depósito Legal

399824/15

1ª Edição

Novembro, 2015

Esta publicação não pode ser reproduzida nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo eletrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outras, sem prévia autorização escrita do editor.

ÍNDICE

PREFÁCIO

Miguel Costa Gomes, *Presidente da Câmara Municipal de Barcelos* 9

INTRODUÇÃO

José Dantas Lima Pereira/ Marcelino de Sousa Lopes/ Marta Alexandra Maciel 11

ARBITRAGEM CIENTÍFICA

..... 13

TEXTOS DE ABERTURA

Toni Puig Picart

Animador Sociocultural - Simplesmente 15

José Antonio Caride Gómez

Entre a resistência e a transformação – Onde mora a animação e @s animador@s socioculturais? 27

HOMENAGEM A MARCO MARCHIONI

Marcelino de Sousa Lopes

Marco Marchioni: Um pedagogo da vida comunitária 39

Marco Marchioni

Seja hoje algo de extraordinário e igualitário como trabalhador comunitário 41

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DE ANIMADORES SOCIOCULTURAIS EM PORTUGAL E NA EUROPA

Jenny Sousa

O estágio curricular: o derradeiro "tubo de ensaio" na formação do animador. 45

José Conde

A Formação dos Animadores Socioculturais em Portugal: A massificação de uma oferta formativa inadequada, desqualificada, sem sustentação e os reflexos negativos na profissão dos animadores socioculturais 53

Marcelino de Sousa Lopes

Que Animadores Socioculturais e que formação para o Século XXI 61

Fernanda Cunha/ Dantas Lima

Espaços Educativos não formais na formação do Animador Sociocultural 75

CAPÍTULO II

ANIMADORES SOCIOCULTURAIS E ÂMBITOS DE INTERVENÇÃO

Agostinho da Costa Diniz Gomes

O Animador Sociocultural e a Intervenção Musical 87

ÉTICAS PLURAIS, PERFIL E COMPETÊNCIAS DO ANIMADOR SOCIOCULTURAL

Ana Vieira
ESECS-IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria

Ricardo Vieira
ESECS-IPLeiria e CICS.NOVA.IPLeiria

Resumo

Animar é dar alma (ânimo) às pessoas e grupos. Mas não só. Animação é sempre (trans)formação! Mas trans formação a partir de que ponto de vista? Do do animador? Do do animando? De cada animando? Isso implicaria uma ética tão pluralista que nos levaria ao relativismo cultural e ao multiculturalismo político americano das primeiras décadas do século XX. Não! O perfil do animador sociocultural passa, de facto, pelo respeito pelo outro, pelo ponto de vista do outro, pela escuta ativa do outro, pela descentração e aceitação das pessoa, grupos e comunidades, suas riquezas e seus limites; pelo duplo olhar dos outros e de si mesmo mas sem cair no relativismo cultural que tornaria impossível a comunicação entre pessoas e grupos diferentes na medida em que se balcanizariam todas as diferenças para as quais se construiria uma animação sociocultural específica.

A Animação Sociocultural que defendemos assenta numa visão sistémica e numa prática de trabalho social relacional em que o animador terá de considerar o conjunto de componentes da realidade das pessoas: suas famílias, pares e amigos, escola, vizinhanças, comunidade, trabalho, projeto de vida, ou esboço dele, mas implica uma (trans)formação de si e dos outros, fazendo emergir práticas interculturais e atitudes interculturais. Assim, a Animação não pode ser uma transformação à medida de cada sujeito como se de um "profissional trainer" se tratasse sob pena do sentido de comunidade e sociedade se dissiparem.

Esta perspectiva da Animação Sociocultural, contrariamente à clássica Animação Cultural dos anos 60 (Lopes, 2011:191), assenta numa Pedagogia Social que propicia a participação, a autonomia, a consciencialização e a interação que, embora partindo do outro, origina a transformação de todos e com todos os implicados. Capacita, assim, as pessoas "julgando de uma perspectiva de comodismo que significa a adaptação a um mundo dado. Antes pelo contrário, o que busca é o desenvolvimento pleno e autónomo das pessoas, cultivando as diversas dimensões humanas (afetiva, social, intelectual, física)" (Gradaille e Iglésias, 2010:70).

1. Introdução

O Título deste texto é abrangente e permite quer incursões teóricas quer mesmo de natureza mais prática, em género de troca de experiências, como, de resto, o nome do congresso induz, convida e permite: O animador sociocultural no séc. XXI.

Poderíamos centrar-nos mais num pólo ou noutro. Procuraremos, contudo, apesar da natureza do tema [ética], ficar num terceiro: no teórico, no prático e na articulação óbvia entre os dois que corresponde a um terceiro posicionamento sobre estes processos, o terceiro lugar (Serres, 1993; Vieira, 2009; Vieira, 2011; Vieira, 2013), um mestiço entre esses dois polos cartesianos a que corresponde a praxis, uma vez que são efetivamente inseparáveis. Isto, ainda que o espaço que temos seja escasso e não seja possível mobilizar todos os exemplos práticos de que falámos na apresentação oral e que estão subjacentes à redação deste texto.

Com efeito, recordando Paulo Freire, “Na medida em que o compromisso não pode ser um ato passivo, mas praxis – ação e reflexão sobre a realidade –, inserção nela, ele implica, indubitavelmente, um conhecimento da realidade.” (Freire, 2001:21)

2. A Animação sociocultural e a visão sistémica do trabalho social

Animar é dar alma [ânimo] às pessoas e grupos. Mas não só! Animação é sempre (trans)formação! Mas transformação a partir de que ponto de vista? Do lugar epistémico do animador? Do lugar do animando? De cada animando? Isso implicaria uma ética tão pluralista que nos levaria ao relativismo cultural e ao multiculturalismo político americano das primeiras décadas do século XX. Não! O perfil do animador sociocultural passa, de facto, pelo respeito pelo outro; pelo ponto de vista do outro; pela escuta ativa do outro; pela descentração e aceitação das pessoas; grupos e comunidades, suas riquezas e seus limites; pelo duplo olhar dos outros e de si mesmo; mas sem cair no relativismo cultural que tornaria impossível a comunicação entre pessoas e grupos diferentes, na medida em que se balcanizariam todas as diferenças para as quais se construiria uma animação sociocultural específica.

A Animação Sociocultural que defendemos assenta numa visão sistémica e numa prática de trabalho social relacional em que o animador terá de considerar o conjunto de componentes da realidade das pessoas: suas famílias, pares e amigos, escola, vizinhanças, comunidade, trabalho, projeto de vida, ou esboço dele, mas implica uma (trans)formação de si e dos outros, fazendo emergir práticas interculturais e atitudes interculturais. Ainda recorrendo a Freire, quando reflete sobre a dinâmica dos processos sociais e dinâmicos de transformação versus as perspetivas estáticas e imutáveis, interessa sublinhar a necessidade de perceber a realidade “não enclausurada em departamentos estanques” mas captada “como uma totalidade, cujas partes se encontram em permanente interação. Daí sua ação não poder incidir sobre as partes isoladas, pensando que assim transformam a realidade, mas sobre a totalidade. É transformando a totalidade que se transformam as partes e não o contrário” (Freire, 2001:21).

Refletindo sobre a problemática que se estende da educação popular à Animação Sociocultural ou do educar e animar para transformar realidades, José António Caride Gomez, professor catedrático de Santiago de Compostela, salienta que “tudo indica que a Animação Sociocultural, num mundo globalizado e complexo, deverá sobrepor-se à tentação de projetar um olhar ingénio, simples e parcializado sobre as realidades nas quais vivemos e com as quais convivemos... propondo modelos de criar a cultura e a sociedade [...]” (Caride, 2006: 210-211).

Nesta mesma linha, Caride defende o formar para transformar o que se significa “educar” ou “animar” para mudar. Defende, assim, “uma pedagogia cultural que combata a injustiça que pulsa em muitas das nossas atitudes e comportamentos. Uma pedagogia da cultura a que a Animação Sociocultural dá capacidade, favorecendo o desenvolvimento de programas e de iniciativas que declaram a sua capacidade de trabalhar para uma sociedade menos perversa e mais aceitável, consigo mesma e com as condições que sustentam a vida em toda a sua diversidade; e que, aqui, pela via metodológica da animação, implica um compromisso decidido com as múltiplas e variadas formas de diversidade cultural” (Caride, 2006: 211).

Assim, a Animação não pode ser uma (trans)formação à medida de cada sujeito como se de um “profissional trainer” se tratasse, sob pena do sentido de comunidade e sociedade se dissiparem. Esta perspetiva da Animação Sociocultural, contrariamente à clássica Animação Cultural dos anos 60 (Lopes, 2011:191), assenta numa Pedagogia Social que propicia a

participação, a autonomia, a consciencialização e a interação que, embora partindo do outro, origina a transformação de todos e com todos os implicados.

3. Animar é desenvolver

Como é sabido, desenvolvimento não é sinónimo de crescimento económico ainda que, segundo a perspetiva clássica, o desenvolvimento se confunde com o crescimento económico, exprimindo-se por índices: PIB, PNB, consumo de energia, taxa de escolarização, n.º de telefones, de automóveis, distribuição da população ativa, etc. Esta confusão era consequência de paradigmas e atitudes evolucionistas, muito assentes na obra de Rostow (1966).

Efetivamente, “os indicadores de desenvolvimento não devem limitar-se, apenas, ao rendimento por habitante, mas compreender também dados relativos à saúde (incluindo as taxas de mortalidade infantil), alimentação e nutrição, acesso à água potável, educação e ambiente. Há que considerar, ainda, a equidade e igualdade entre os diferentes grupos sociais e entre sexos, bem como o grau de participação democrática.” (Delors, 2000: 71).

E, como nos lembra Caride (2007), a Declaração sobre o direito ao desenvolvimento, construída pela Assembleia geral das nações unidas, “celebrada em 1966, insiste em definir o desenvolvimento como “um processo global, económico, social, cultural e político que tende para a melhoria constante do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base na sua participação ativa, livre e significativa no próprio desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios que dele deriva”. (Caride et al, 2007: 8).

Assim, animação, tal como o desenvolvimento são, pois, processos culturais coletivos. Têm que atender às características próprias, muitas vezes fruto de formas tradicionais centenárias, com as suas lógicas e racionalidades específicas.

É preciso perceber que não basta do exterior querer contribuir para a animação ou para o desenvolvimento. O grupo a animar ou a desenvolver tem também de definir prioridades e mobilizar as suas próprias forças. É por isso que não há espaço para receitas estrangeiras. Cooperar com o “outro” exige o mesmo cuidado que exortar um organismo vivo com um órgão demasiado estranho. Se a animação e o desenvolvimento forem demasiado estranhos ao sentido das populações, surge, como efeito, perverso, a anomia. Foi o que aconteceu nas escolas coloniais em África com currículos e manuais absolutamente estranhos às populações locais: levaram à construção de imagens desvalorizadas de si: “não temos história, os heróis são brancos...” etc. (Vieira, 2011).

Na animação e no desenvolvimento, a ideia fundamental a reter é que a tradição e o desenvolvimento não são antagónicos; podem, isso sim, até reforçar-se reciprocamente.

Por isso, (des)envolver é, antes de mais, autonomizar, fazer crescer, criar. E, ao fazê-lo, deve haver “todo o respeito antropológico pelos hábitos individuais, sociais, coletivos... “sem automatismos, sem resposição mecânica, com sensibilização, explicação, mediação, negociação, conflito e a reapropriação do conflito em práticas inovadoras”... que ao invés de dar resposições suscitem questões... “ou, de forma mais correta, criar socialmente as condições para o aparecimento de perguntas”. Estamos plenamente convencidos que há-de ser uma das tarefas urgentes da Animação sociocultural, não só como prática que enfatiza o social e o cultural, mas também o pedagógico e o educativo.” (Caride, 2011: 29).

4. Animação, perspectiva ética e perspectiva étnica

Por outro lado, o animador, para (des)envolver, tem de saber ocupar lugares de fronteira, tal como um etnógrafo (Vieira, 2011; Vieira, 2013) entre o estar dentro e o estar fora para que possa potenciar os locais mas para que possa sair sem eles ficarem dependente da sua presença continuamente. Trata-se, como nos lembra Geertz (1989), de buscar a Perspectiva étnica, a ética local, interior, a dos animandos e, paralelamente, a perspectiva ética, exterior, a dos animadores.

Efetivamente, os membros de um grupo, ou de uma comunidade, têm a própria interpretação de sua cultura (*abordagem étnica*) (Geertz, 1989). Daí a necessidade de o animador ser e animadores externos (*abordagem étnica*) (Geertz, 1989). Daí a necessidade de o animador ser um mediador intercultural, construindo terceiros lugares epistémicos (Vieira, 2013; Vieira, 2014) que são lugares de geometria variável entre os pontos de vista em diálogo intercultural, o que é bem diferente, do “meio termo”, “meio caminho” ou do hibridismo (Vieira, 2014).

A ideia é que esse desenvolvimento, resultado da presença do animador e da filosofia e técnicas da animação sociocultural, proporcione uma metamorfose cultural que passa por olhar a esses dois posicionamento éticos e epistémicos e a conciliar, equilibradamente, os dois, o local e o global, num paradigma global.

Adalberto Dias de Carvalho e Isabel Baptista (2004) convidam-nos a pensar a ética aplicada, uma ética profissional que extravasa os limites formais da deontologia “mas não conduzem, todavia, à improvisação casuística, tornando a decisão profissional aleatoriamente refém do contexto e da singularidade dos problemas. Pressupondo o trânsito profundo entre teoria e prática, a ética aplicada aponta a exigência de uma reflexão racional e exigente” (p.101).

E para que a Animação Sociocultural promova a convivência possível é preciso que a ética passe pela praxis e não por uma ética incontestável que acaba por não ser ética mas apenas imposição. Demo (2005) refere que “quando tudo é apenas resultado da socialização, temos marionetes ou gente que faz as coisas não por convicção. Como dizia Freire, educar é influenciar o aluno de tal maneira que este não se deixe influenciar. Ética é conceber este tipo de influência que no outro lado, liberta o outro, não o subordina. [...] seres humanos precisam de orientação, não de comando.” (Demo, 2005: 91-92)

5. Quem é hoje o animador?

Nas coletividades, nos centros culturais, clubes, escolas, lares, e outras associações/instituições, começa a haver hoje mais espaço para o animador. Reforça-se cada vez mais a ligação às autarquias como forma de desenvolvimento da cultura, da educação e do desporto. O animador é, assim, muitas vezes, um profissional contratado por essas associações. Pode ter uma boa preparação técnica e ética, mas, muitas vezes, é exterior à comunidade e isso pode levantar obstáculos à referida praxis que deve articular étnica com ética. O animador sociocultural tem de ser, assim, como um antropólogo capaz de entrar na racionalidade dos animandos. De contrário corre o risco da descontextualização e da não eficácia.

Por vezes, o animador sociocultural pode ser mesmo um trânsito intercultural, alguém que poderá ter saído para a vida na escola e profissionalização consequente e que depois poderá ter regressado, com outras perspectivas à comunidade de origem e que, portanto, habita mais que um mundo cultural e estará potencialmente mais preparado para respeitar a perspectiva étnica de

que falámos. Esse trânsito, que é um potencial tradutor de culturas (Geertz, 1989), pode trazer vantagens mas também desvantagens. É que não há receitas universais nesta matéria. É sempre necessário conseguir construir uma 3.ª dimensão; uma 3.ª via: não a da continuidade absoluta da tradição da comunidade, mas também não a da total mudança a ponto de poder cair na anomia. Uma combinação que concilie a mudança com a tradição (Vieira, 2014). E, de facto, isso não é fácil... Poderíamos ilustrar toda esta teoria com exemplos concretos do nosso trabalho enquanto animadores em associações culturais e recreativas da região centro de Portugal, quer no teatro, museologia, música tradicional, jornalismo, desporto mas a verdade é que a nossa encomenda, aqui, hoje, não aponta tanto para esse caminho do exemplo mas mais para as pontes entre a teoria e a prática.

6. Perfil e competências do Animador Sociocultural

De acordo com Ezequiel Ander-Egg (2000), a Animação Sociocultural é uma profissão que não está, ainda, claramente definida, tanto na sua especificidade como nas suas funções. Esta fragilidade na identidade e perfil é compartilhada com outras profissões de intervenção social que não sendo iguais têm alguns campos em comum. Na verdade, existem algumas práticas e dimensões onde não é possível distinguir, claramente, a animação sociocultural de outras profissões, no campo da ação social e da pedagogia social, existindo vertentes de ação e de intervenção iguais ou muito parecidas, sendo que as referências teóricas são, claramente, as mesmas.

É consensual que não existe apenas um único modelo de animação e, muito menos, um único estilo de animador. Para Ander-Egg (2000), os modelos resultam da combinação de três fatores diferentes: das teorias de referência que servem como apoio teórico na prática do animador; da reflexão e sistematização da prática profissional de cada profissional; e dos princípios de atuação profissional. Como sistematiza Ander-Egg, “Digamos, ante todo, que a animação sociocultural es uma forma de acción socio-pedagógica que, sin ser la única, se caracteriza básicamente por la búsqueda e intencionalidad por generar procesos de participación de la gente. A pesar de no tener un perfil de actuación totalmente definido, estos procesos están guiados por procesos operativos que buscan crear espacios para la comunicación. En los programas de animación no se dan órdenes ni consignas, sino que se alienta la organización autónoma de la gente. No se dirige, ni se manipula con un paternalismo sonriente, sino que se anima para que cada uno sea protagonista, en la forma, medida y ritmo que él mismo determina, ya sea como individuo, grupo o colectivo... Estos son algunos de los aspectos procedimentales que han figurado el estilo de la animación sociocultural y que se manifiestan prácticamente en todas las experiencias” (2000: 80).

Deste ponto de vista, não é qualquer pessoa que pode ser animador. E isto por várias razões: parece evidente que as pessoas que não têm ânimo não podem animar. E, ainda, “no puede “animar” quienes son incapaces de infundir “animación”; no pueden “animar” los insolidarios, los aburridos, los desilusionados, los que viven sentados en el cruce de los caminos de la vida; no pueden ser animadores aquellos de dejan que se instale el aburrimiento y el desánimo, como dueño y señor de la existencia; no podemos evitar – dice un proverbio chino – que el ave de la tristeza bata sus negras alas sobre nuestra cabeza, pero si podemos evitar que anide en ella; no pueden “animar” quienes no creen que los otros pueden “animarse”; no pueden “animar” quienes no son capaces de establecer relaciones interpersonales productivas y

gratificantes y, sobre todo, cálidas e amistosas; no pueden ser animadores los oportunistas y trepadores, aspirantes al aplauso y reconocimiento de los que detentan el poder (político, económico, cultural e religioso)” (Ander-Egg, 2000: 80).

Ainda para Ander-Egg, as qualidades pessoais dum animador sociocultural prevalecem sobre as capacidades intelectuais. Deste modo, um dos princípios básicos da pedagogia da animação é a proximidade o que implica um contacto direto com as pessoas e as situações e, neste caso, estamos a falar de qualidades pessoais e não de conhecimentos. É que ter conhecimentos e dominar algumas técnicas não implica, necessariamente, ter espírito de solidariedade ou capacidade de relacionamento com os outros. O contrário pode vir a verificar-se, pela necessidade de adquirir conhecimentos e técnicas para prestar um melhor serviço. Nas suas próprias palavras, “Partimos del supuesto de que un animador sociocultural, por la índole misma de su trabajo, debe desarrollar los más posible su propia personalidad (el desarrollo de las cualidades para que una persona sea verdaderamente tal). Esto, por otra parte, es tarea común para todos los seres humanos, aunque no sea algo que ocurra a menudo... Cada ser humano es un haciéndose permanente (es un gerundio); nunca logramos la plenitud, nunca podemos decir “estoy realizado”. La vida es un permanente estado activo del ser y un llegando a ser” (Ander-Egg, 2000: 396-397).

É muito importante ter em conta que a participação não é algo que seja concedido ou que se conceda. A participação é um direito de cada um e de todos. É um direito fundamental ter voz e decidir o seu próprio destino. Privar as pessoas, os grupos e as comunidades de participar naquilo que diz respeito à sua vida é privá-los de um direito fundamental. A participação implica tomar parte nas decisões importantes e não apenas das questões acessórias. Quanto essa participação se reduz apenas a estas últimas pode ser ilusória e não passar de um entretenimento ou ilusão.

7. Algumas notas conclusivas

Animar é um ato comunicativo e, portanto, bilateral. O animado não pode ser mero objeto. É e deve ser tornado sujeito. Deve ganhar consciência do seu próprio saber. Com a ajuda do animador surgirá uma consciência crítica e, quiçá, um desejo de crescer, de criar, de produzir e não apenas de reproduzir.

O espaço e o tempo da animação resultam, assim, em interações cognitivas, mas também em espaços de sociabilidade e de convívio onde a solidão é suposta ficar de fora.

“Não pode ser ignorado que uma característica relevante da Animação Sociocultural deve ser a aceitação “radical” do princípio da democracia cultural (em contraposição com o que invoca a democratização ou a gestão cultural), entre cujos pressupostos se assume com valentia a necessidade de que sejam as pessoas, a partir da tomada de consciência e da reflexão sobre as suas próprias realidades, quem protagoniza a sua transformação com propósitos de melhoria. Ou seja, voltamos a Ander-Egg (1988:111), “sensibilizar, organizar e mobilizar as pessoas para se tornarem agentes activos da sua própria promoção e, na medida do possível, torna-los conscientes do seu papel histórico”” (Caride, 2011: 29).

A promoção da participação dos indivíduos tem que ter em conta e respeitar as diferenças de cada um, quer sejam pessoais ou culturais. Impor uma forma única de participação é, basicamente, a negação da participação. Assim, não há “fórmulas mágicas” nem receitas de participação que se apliquem a todas as situações, indivíduos ou contextos.

Por isso, a Animação Sociocultural não se pode reger por uma única ética para todos. Por isso, o animador sociocultural é, necessariamente, também um investigador dos outros, das outras culturas, de si próprio do quadro ético da sua profissão mas, também, da cultura da alteridade que implica uma abordagem ética e, por isso mesmo, antropológica.

Bibliografía

- Ander-Egg, E. (2000). Metodología y práctica de la Animación Sociocultural, Madrid: Editorial CCS.
- Caride et alii. (2007). *Educación e desenvolvimento Comunitário local*. Porto: Profedições.
- Caride, A. J. (2011). “As identidades da Animação Sociocultural nas fronteiras da sociedade globalizada” in Pereira, J. D e Lopes, M. S. (coord) *As Fronteiras da Animação Sociocultural*. Chaves: Ed. Intervenção –APDC, pp 17-32.
- Caride, J. A. (2006). “Animação Sociocultural, Globalização e Cidadania: a respeito da necessidade de uma nova pedagogia das culturas” in Peres A. e Lopes, M. (coord.). *Animação Cidadania e Participação*. Chaves: APAP. Pp. 205-216.
- Carvalho a. D. Baptista I. (2004). *Educación Social, fundamentos e estratégias*. Porto: porto Editora
- Delors, J. (2000). *Educación, um tesouro a descobrir*. Porto: Edições Asa
- Demo, P. (2005). *Éticas multiculturais: sobre convivência humana possível*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Freire, P. (2001). *Educación e Mudança*. S. Paulo: Editora Paz e terra SA.
- Gradañlle, R. G. e Iglesias, T.M. (2010). “Educar em igualdade nos cenários escolares e sociais”, in Peres, A. e Vieira, R. (Coords.). *Educación, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*, Chaves: APAP, pp. 60-74.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. RJ: Guanabara.
- Lopes, M. (2011). “A Animação Sociocultural e a Animação Cultural” in in Pereira, J. D e Lopes, M. S. (coord) *As Fronteiras da Animação Sociocultural*. Chaves: Ed. Intervenção –APDC, pp 187-197.
- Rostow, W.W. (1966). *Etapas do desenvolvimento económico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Seres, M. (1993). *O Terceiro Instruído*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Vieira, R. (2014). “Life Stories, Cultural Mémoires and Personal Identities” in SAGE Open, Jan 2014, pp. 1-13. The online version of this article can be found at: <http://sgo.sagepub.com/content/4/1/2158244013517241>.
- Vieira, A. (2013). *Educación Social e Mediação Sociocultural*. Porto: Profedições.
- Vieira, R. (2011). *Educación e Diversidade Cultural: Notas de Antropologia da Educación*, Porto: Afrontamento.
- Vieira, R. (2009). *Identidades Pessoais: interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*, Lisboa: Colibri.